

Senadores temem clima de punição após recesso

GUSTAVO KRIEGER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os senadores viajaram para seus estados no recesso de julho com uma sensação pouco familiar: vulnerabilidade. Depois de anos de calma, nas últimas semanas boa parte deles passou a temer pelo próprio mandato. A renúncia de Joaquim Roriz (PMDB-DF), diante da certeza de que seria cassado em plenário, e o agravamento da situação do

presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), também ameaçado de perder o mandato, deixaram claro que o Senado vive um momento de risco. Entre os parlamentares, ninguém sabe onde vai parar a atual crise ética e quantos correm o risco de ser sacrificados.

A reunião da Mesa Diretora do Senado que discutiu o caso Roriz foi um exemplo desse clima. O político ameaçado apareceu no início da discussão e fez um apelo para salvar seu mandato. Alegou ser vítima de uma armação. Não teve sucesso. A Mesa decidiu autorizar a abertura de um processo de cassação de seu mandato. Para não perder os direitos políticos, ele renunciou.

O caso contra Roriz era muito forte. Gravações telefônicas

legais feitas pela Polícia Federal o flagraram discutindo a partilha de um cheque de R\$ 2,2 milhões do empresário Nenê Constantino. Ele argumentou que tinha pegado apenas R\$ 300 mil emprestados, para comprar uma bezerra premiada. Apresentou documentos para sustentar sua versão, mas não convenceu. E hoje, com um Senado sob forte vigilância da opinião pública e da imprensa, convencer é a palavra chave. Quem é condenado pela opinião pública corre sério risco de perder o mandato.

Não era assim até pouco tempo. O paraense Luiz Otávio (PMDB) foi acusado de desviar verbas destinadas à construção de balsas. O caso contra ele também era forte, com inquéritos na PF e processo no Tribunal de Contas da União. Luiz Otávio não apenas manteve o mandato como teve seu nome indicado pelo Senado para ser ministro do mesmo TCU onde era investigado. Só não assumiu porque os outros ministros ameaçaram não lhe dar posse. Sua nomeação ficou travada na Câmara. No final do ano passado, o Conselho de Ética rejeitou a cassação de Ney Suassuna (PMDB-PA), apontado como suspeito de envolvimento com a quadrilha que desviava verbas para compra de ambulâncias. Ele recebeu uma "censura verbal".

Pressão

A sensação de impunidade e o acúmulo de escândalos envolvendo políticos fizeram

com que a avaliação do Congresso piorasse muito na opinião pública e influenciou a forma como o Senado reagiu às novas denúncias, de uma maneira que surpreendeu até os parlamentares. O primeiro caso foi o de Renan Calheiros. Poucos parlamentares acreditaram que o mandato dele corria riscos quando apareceu a denúncia de que ele teria tido ajuda de um lobista para pagar a pensão a uma filha fora do casamento. O presidente do Senado articulou tudo para que seu caso fosse arquivado rapidamente. A ampla cobertura da mídia impediu o sucesso das manobras. Renan sofreu várias derrotas em seqüência e hoje avalia que o risco de cassação é real.

O pequeno mas barulhento PSol, cuja bancada tem um único integrante, especializou-se em entregar pedidos de cassação contra senadores enrolados com denúncia. Pediu as cabeças de Renan, Roriz e do suplente deste, Gim Argello (PTB), que assumiu na semana passada. Essa situação causa desconforto. Depois que Roriz saiu derrotado da reunião da Mesa, o senador Magno Malta (PMDB-ES) fez um alerta aos colegas sobre os riscos políticos. "Todos nós temos inimigos nos estados e eles têm acesso a algum jornal. Basta que eles publiquem uma denúncia no jornal para que o mandato de qualquer um esteja em risco". Boa parte dos senadores já passou por ministérios ou governos estaduais. Correm um enorme risco de ser alvo de denúncias e sabem disso.